

PL nº 5.498/2009

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que "estabelece normas para as eleições."

Emenda nº /2009

Nº 26 (Almeida)

Acrescente-se ao art. 28, da Lei nº 9.504/97---- mencionado no art. 3º, do PL nº 5.498/2009 ---- o seguinte parágrafo 5º:

"§ 5º Os Diretórios ou Comissões Provisórias dos partidos políticos, em suas respectivas esferas, ficarão responsáveis pela confecção dos recibos eleitorais, conforme modelo constante de Resolução do Tribunal Superior Eleitoral e pela distribuição aos comitês financeiros ou candidatos, antes do início da arrecadação de recursos".

Justificativa

A emenda tem por finalidade disciplinar uma questão que, aparentemente, tem pouca expressão, mas que na prática representa um problema sério, sobretudo na feitura da justificativa das contas eleitorais.

(nº 26 - Anexo)

Os recibos eleitorais são importantes e se realmente não houver para o mesmo um modelo corre-se o risco de ser levantando pelos técnicos da Justiça Eleitoral qualquer espécie de impugnação ou dúvida a respeito dessas ações financeiras dentro da campanha eleitoral.

O dispositivo em análise passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. A prestação de contas será feita:

I - no caso dos candidatos às eleições majoritárias, na forma disciplinada pela Justiça Eleitoral;

II - no caso dos candidatos às eleições proporcionais, de acordo com os modelos constantes do Anexo desta Lei.

§ 1º As prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias serão feitas por intermédio do comitê financeiro, devendo ser acompanhadas dos extratos das contas bancárias referentes à movimentação dos recursos financeiros usados na campanha e da relação dos cheques recebidos, com a indicação dos respectivos números, valores e emitentes.

§ 2º As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo comitê financeiro ou pelo próprio candidato.

§ 3º As contribuições, doações e as receitas de que trata esta Lei serão convertidas em UFIR, pelo valor desta no mês em que ocorrerem.

§ 4º Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar, pela rede mundial de computadores (internet), nos dias 6 de agosto e 6 de setembro, relatório discriminando os recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral, e os gastos que realizarem, em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim, exigindo-se a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados somente na prestação de contas final de que tratam os incisos III e IV do art. 29 desta Lei.

(nº 26 - Marinho)

§ 5º Os Diretórios ou Comissões Provisórias dos partidos políticos, em suas respectivas esferas, ficarão responsáveis pela confecção dos recibos eleitorais, conforme modelo constante de Resolução do Tribunal Superior Eleitoral e pela distribuição aos comitês financeiros ou candidatos, antes do início da arrecadação de recursos.

Sala das Comissões, em 07 de julho de 2009.



Bonifácio de Andrada
Deputado Federal